

Eanes ao JN:

Não aceito a subversão do regime democrático

Sou um homem
inteiramente
comprometido
com o 25 de Abril

Fundação Cuidar o Futuro

Entrevista
de José Luís de Abreu
publicada no «JN»
em 23 de Outubro

Ao entrar em Belém, às cinco da tarde de anteontem, o jornalista supôs, honestamente, que do diálogo com o Presidente da República pudesse resultar um contributo determinante para a Democracia portuguesa. De facto, e por conter uma afirmação de verdade sem equívocos e uma actualidade que razões conhecidas revigoraram, afigura-se-me que esta entrevista convoca à reflexão da classe política e dos cidadãos deste país, ultimamente violentados por múltiplas especulações, nada serenas e nem sempre éticas. Por outro lado, entendo que o seu interesse é ainda maior na medida em que é susceptível de «tornar mais realistas certos comportamentos que se explicam pela euforia e pelo desânimo».

Em 1976 o general Ramalho Eanes surgiu na corrida a Belém mais por solicitação do que por ambição ou propósito, como todos estarão lembrados e na altura foi aliás inequivocamente repetido. Viria a ser levado à Presidência da República por apelos que expressavam mais de 70% do eleitorado, reunindo o consenso das Forças Armadas. Era então um homem pouco conhecido do Povo português. Veio a ser eleito por 64,1% dos sufrágios, logo à primeira volta, e de imediato quis reafirmar ao País o compromisso que assumira durante a campanha de ser o garante das instituições democráticas e constitucionais, garantindo categoricamente que seria o presidente de todos os portugueses, e demarcando-se (como agora volta a fazer) das forças políticas que lhe garantiram suporte. Tudo isto são factos — factos que motivaram a pergunta que correspondeu ao chamado «imperativo histórico» que motivou a sua candidatura à Presidência da República?

— Não me parece justificado falar de imperativo histórico em termos de início de um mandato. Só perante as situações concretas, os problemas e as dificuldades, se pode dizer se um responsável político cumpre ou não uma missão histórica relevante. É em função dessas provas, e só delas, que posso afirmar um sentimento de dever cumprido. Um dever democrático para com o meu País, assegurando que as vias democráticas se manteriam sempre abertas e que não teriam êxito as propostas que, de uma forma ou de outra, visavam destruir o regime democrático. Um dever para com todos os portugueses, e que cumprirei intransigentemente em todas as situações. Mas também o cumprimento de um dever político para com os meus eleitores, garantindo que das minhas acções não nascesse a arbitrariedade e a instabilidade, mas sim o respeito pelos princípios e pela legalidade democrática. E tudo isto se fez, na sociedade em geral e nas Forças Armadas, ao mesmo tempo que respondíamos, com êxito demonstrado, a uma crise financeira de extrema gravidade. Convém não esquecer que, em meados de 1977, estivemos em risco de cessar pagamentos ao exterior por total esgotamento das nossas reservas de divisas. Hoje, como sabe, a situação é bem diferente, e há meios para enfrentar a nova crise que já se desenha no horizonte.

— Quatro anos volvidos, que autocriticas tem a fazer à sua acção como presidente da República? O seu mandato foi marcado por alterações sensíveis, e por vezes contraditórias, na sociedade portuguesa, que naturalmente haverão de suscitar-lhe algumas reflexões.

— Não se trata de fazer uma autocritica, mas sim de reflectir sobre as criticas que alguns sectores me têm dirigido. Mesmo que não as considere justificadas, a verdade é que elas seguem o seu curso, são repetidas com insistência e, como sabe, a repetição é uma das formas mais eficazes de manipulação.

Tem-se dito que levo a defesa da Constituição até ao exagero. Esquecem que a Constituição define as regras do jogo político democrático, que só podem ser alteradas pelos métodos e nos momentos adequados. Abrandar esta exigência significará sempre o retorno à arbitrariedade, às pressões, ao conflito e à violência. Sempre defendi que a Constituição deve ser revista, mas não de um modo que venha a criar mais problemas do que aqueles que resolve, e nunca de um modo tal que ponha em causa o regime democrático.

Outros acusam-me de ter um projecto político militarista e não democrático. Esquecem que assegurei a disciplina militar e que evitei as interferências dos militares na vida política. Esquecem que desde Janeiro de 1976, na assinatura do II Pacto, defendi que o período de transição terminaria, e com ele o Conselho da Revolução, com a revisão constitucional que agora se fará. Esquecem que assegurei todas as condições de alternância democrática e que me recusei, quando isso seria fácil, a desenvolver qualquer projecto presidencialista.

Penso que os problemas que tive de enfrentar, neste período, como Presidente da República, tornaram inevitáveis essas criticas. Mas a minha apreciação fundamental neste domínio é a de que sempre procurei manter em aberto as vias democráticas, no respeito integral pelo jogo democrático, ao mesmo tempo que tentei que se encontrasse uma solução política estável e equilibrada, susceptível de responder aos anseios e à vontade do Povo português, pondo de lado as minhas próprias convicções de cidadão.

— Não considera que, tendo a sua candidatura recebido apoios de orientações políticas tão dispares, seria difícil, senão inviável ou mesmo utópica, a possibilidade que defendeu do aparecimento de um projecto de reconstrução nacional susceptível de as unir em torno de um objectivo comum?

— Os apoios à minha candidatura em 76 não condicionaram a expressão das minhas respostas ao Povo português. E os apoios foram aceites exactamente nessa condição. Apenas em relação ao PS se poderia apontar uma excepção a esse princípio, já que não aceitaria ser candidato sem o apoio expresso do PS. Por isso, não penso que as particularidades políticas da minha eleição tenham tido um efeito negativo na minha actuação. De facto, nunca defendi a conjugação de todas essas forças num projecto governamental comum. Para falar apenas dos mais importantes, nunca defendi um acordo de incidência governamental entre o PS, o PSD e o CDS, tal como não concordei, nem em 77 nem em 78, quando isso me foi proposto, ligar-me em solidariedade política a uma aliança entre o PSD e o CDS. Isto seria, além do mais, viciar as regras, abandonando a imparcialidade arbitral que julgo inerente ao exercício correcto deste mandato em período de transição. E não o fiz também porque não considero que qualquer dessas soluções seja, simultaneamente, estável a longo prazo e capaz de responder aos desafios de modernização e de desenvolvimento que temos de enfrentar. Não tenho dúvidas em afirmar que tudo isso foi compreendido

pelos responsáveis partidários. Contudo, os interesses de conjuntura levaram-nos sempre a alterar as suas posições, sempre que uma solução estava em vias de se concretizar.

Nunca me acusaram de ter prejudicado o interesse nacional

— Por vezes o Presidente da República viu-se envolvido em conflitos (ou solicitado para os resolver) cuja competência caberia ao Governo, suscitando controvérsia e algumas criticas à sua actuação. Considera que houve de facto ingerências, que há razão para essas criticas?

— É um tanto contraditório que aqueles que me acusam de respeitar a Constituição me acusem também de violar com ingerências nos domínios do Executivo. Em qualquer caso, nunca me acusaram de ter prejudicado o interesse nacional, de ter cedido a pressões do exterior ou de quaisquer grupos internos. E esse é, para mim, o critério essencial, no exercício da função presidencial: respeitando as esferas de competência dos órgãos de soberania, trabalhar sempre para que se atinja a maior vantagem nacional, respondendo com dignidade às pressões externas e com a legalidade democrática às ameaças internas.

E também para isso que o Presidente da República é eleito directamente pelos cidadãos.

— Acha que o seu discurso político, as suas propostas e as suas mensagens foram geralmente acessíveis e captadas pelo comum dos cidadãos?

— Penso que o meu discurso político, demasiado condicionado pelas situações e relações muito complexas que vivemos, não foi inteiramente compreendido pela opinião pública. Nem o poderia ser dado que se dirigia a uma classe política demasiado influenciada pelos jogos do poder. Já quanto às minhas propostas gerais e às minhas mensagens de defesa da Democracia e de seriedade nos métodos na vida política, não tenho qualquer dúvida em considerar que foram compreendidas pelos portugueses. E é isso juntamente com a consciência de respeito pela Democracia que me justifica.

A relação histórica Igreja-Estado

Um outro capítulo de evidente importância no consulado do general Ramalho Eanes foi a normalização das relações Igreja-Estado. Portugal é um país tradicionalmente católico no qual a Igreja tem assumido, ao longo da nossa História, um papel por vezes preponderante. Após uma certa tensão no período exaltante da Revolução, atingiu-se uma normalização nessas relações. Ramalho Eanes contribuiu decisivamente para esse desfazer de tensões e há quem pense que tal é reconhecido no facto de o Papa ter concedido ao Presidente da República Portuguesa uma audiência cuja importância foi enaltecida, principalmente pela dignidade que lhe foi conferida. *Pergunta que originou a publicação, no plano das relações Igreja-Estado, da audiência com João Paulo II?*

— A audiência que o Papa João Paulo II me concedeu representa, no plano dos símbolos e dos factos, a continuidade na relação histórica de Portugal com a Igreja Católica, agora traduzida em termos modernos de inteiro respeito pela dignidade humana, pelo progresso e pela justiça. O meu papel, neste como em todos os outros domínios da nossa vida social, foi o de procurar o equilíbrio consensual que, respeitando as grandes linhas da História do nosso povo, permitisse anular as tensões que existiam em 74 e 75 de modo a que relações normais, dignas e sem interferências de qualquer ordem, se estabelecessem entre a Igreja e o Estado. É óbvio que a validade deste esforço estará sempre dependente do futuro, ou seja, do equilíbrio que é necessário saber garantir, em todos os momentos para que novas tensões não venham a surgir, a maior ou a menor prazo.

Essa audiência na Santa Sé, primeira que João Paulo II concedeu a um chefe de Estado, foi também um ponto alto de afirmação política internacional de Ramalho Eanes. Recorde-se que antes da ida à Cimeira de Londres da OTAN, em Abril de 1977, o Presidente da República portuguesa era praticamente desconhecido na cena política mundial. Hoje poder-se-á dizer que é uma figura prestigiada no exterior, cuja aceitação se creditou pela dignidade e cuja simpatia foi um acréscimo também possível pelo interesse gerado em torno do nosso País, na medida em que se libertara de uma longa e negra ditadura. Noutro ângulo, hoje poderá dizer-se que a sua personalidade de estadista se afirmou pela coerência e nítida perspectiva semelhante à de Schmidt. No campo da política externa, ressaltam várias questões: considera o Presidente da República que estará assegurada uma correcta integração europeia do nosso País, em termos políticos, económicos e sociais? Que poderá dizer sobre o importante problema das relações com os novos países africanos de expressão portuguesa e de um modo mais amplo, com os países em vias de desenvolvimento? Que pensa acerca da inserção de Portugal, e do papel que lhe caberá, no seio dos que procuram honestamente o equilíbrio e a paz mundiais? Finalmente, em sua opinião, quais devem ser as linhas-mestras de uma correcta política externa portuguesa?

— Quanto à sua primeira pergunta, sobre a Europa, dir-lhe-ei que a nossa integração política está assegurada em bases correctas e sólidas e que a nossa integração social se deu ainda antes da própria integração política, através da emigração. Mas já o mesmo se não pode dizer da integração económica. O caminho a percorrer será lento, difícil e imporá pesados sacrificios antes de se poderem colher as correspondentes vantagens. É preciso não ter ilusões neste domínio nem ir atrás de fáceis promessas. As ilusões, as falsas promessas, tudo isso se pagará pesadamente, seja em maiores

sacrifícios, em perda da autonomia nacional ou em definitivo irremediável afastamento dos centros do progresso e do desenvolvimento.

Pergunta-me, também, quais devem ser as linhas-mestras da política externa. Sintetizo-as em cinco pontos, como desde sempre tenho feito: Europa, OTAN, países africanos, árabes e latino-americanos, cooperação na resolução pacífica dos conflitos e estabelecimento de relações especiais com os países em que há importantes comunidades de emigrantes. Já lhe falei da Europa e da abolista necessidade que há de encarar com seriedade e ponderação os problemas que decorrem da nossa integração económica. Quanto à OTAN, gostaria de recordar que foi também por meu intermédio que cessaram as dúvidas sobre a nossa presença neste pacto de defesa existente entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Defendendo aqui, como sempre fiz, a absoluta necessidade de definição de posições firmes e consistentes, em que o papel dos países europeus assumia toda a sua importância e possam ser usados todos os seus múltiplos instrumentos, de uma forma coordenada e conjunta.

No que se refere aos países em vias de desenvolvimento, só não será evidente o interesse de Portugal e da Europa nestas relações para quem tem da política externa uma visão distorcida. Portugal, a economia portuguesa e os portugueses têm aí importantes interesses a defender e dispõem, em muitos casos, de condições únicas para estabelecer relações proveitosas. Mas a Europa precisa também desta nossa colaboração e não tem hesitado em o recordar sempre que os responsáveis nacionais parecem esquecer esta evidência.

Em quarto lugar, refiro a contribuição de Portugal para a resolução negociada de conflitos, antes do mais, pelo seu papel como País europeu que se relaciona com os outros povos na base do respeito mútuo, sem intenções de ingerência e com o inteiro reconhecimento da diversidade de posições. E é essa qualidade que nos permite exercer uma posição útil em organismos internacionais para os quais fomos eleitos, como acontece no Conselho de Segurança da ONU. Mas também porque a nossa posição tem permitido e esperamos que continue a permitir, um diálogo fácil com todos os países. Neste aspecto, tanto o nosso papel na Europa como em África, no Médio Oriente e na América Latina apresenta ainda múltiplas possibilidades de desenvolvimento.

Finalmente, a relação especial que se deve procurar estabelecer com os países onde há grandes comunidades de portugueses deverá aparecer como a consequência necessária de apoio aos nossos compatriotas e como o modo, fácil e natural de desenvolver um conhecimento recíproco que é proporcionado pelos portugueses que trabalham nesses países.

Estes são os cinco pontos essenciais de uma política externa consistente e adaptada aos nossos meios. Mas não são cinco prioridades, em que umas aparecem à frente de outras. São cinco objectivos a atingir permanentemente, o que significa que não se deve hesitar na sua execução sempre que uma oportunidade se define em qualquer deles.

Forças Armadas: dos erros do passado aos caminhos do futuro

Forças Armadas: reestruturação e coesão, dois temas para análise. E duas questões: qual a sua opinião acerca do papel das Forças Armadas no quadro constitucional? E sobre a participação dos militares na política?

O problema das Forças Armadas portuguesas não é a sua coesão, que está assegurada e provada, mas sim sem traumatismos escusados. De facto, não penso que se deva exigir aos militares que suportem, de imediato, as consequências desastrosas de décadas de política militar desajustada às necessidades e de 13 anos de guerra onde se procedeu a uma instrução inadequada às condições europeias e sem qualquer consideração sobre as carreiras e o futuro profissional dos militares. Esta reestruturação será um longo processo, gerador de alguns descontentamentos, mas que deverá sempre procurar assegurar o mínimo sacrifício colectivo.

Sobre o papel das Forças Armadas no quadro constitucional não subsistem dúvidas e estão criadas todas as condições para o integral cumprimento do programa que delineei: com a revisão constitucional terminará o Conselho da Revolução, com a aprovação da Lei da Defesa Nacional ficará assegurada a subordinação da instituição militar ao poder político-democrático. Tudo normal, portanto, e não valerá a pena estar a tentar abrir portas que já estão abertas.

A sua última pergunta fica necessariamente respondida pelas anteriores. Os militares participam na vida política e nessa qualidade com o seu voto de cidadãos livres num país democrático.

Tanto a descentralização como a autonomia nascem e vivem da Democracia

Poder local e autonomia dos Açores e Madeira: dois outros temas que bastante absorveram o Presidente da República. Duas questões complexas e independentes, mas com um fundo comum e ambas na linha das grandes preocupações do general Ramalho Eanes. O Presidente fez da promoção do exercício de um efectivo Poder Local e da descentralização bem como da autonomia — uma e outra tornadas possíveis pelo 25 de Abril — duas das suas «bandeiras». Defendeu sempre com ênfase a participação efectiva das populações na resolução dos seus problemas e na defesa dos seus interesses, como factor essencial no processo de desenvolvimento e modernização democrática da sociedade

portuguesa. Para isso, todavia, o Poder Local não poderá continuar a ser técnica e financeiramente apoiado mais em função de factores meramente políticos do que das legítimas aspirações e interesses das populações.

Por outro lado, o reconhecimento da identidade de uma região e do seu povo, a dinamização de uma autonomia consagrada constitucionalmente, foi uma experiência que o regime fascista sempre negou mas que após o 25 de Abril se vem concretizando, com o patrocínio preponderante do Presidente da República, sem que tenha saído diminuída, em especial no caso açoriano, a unidade nacional, naquilo que tem de verdade e de legítimo. Trata-se de uma questão que foi objecto de ampla discussão e controvérsia, sobretudo pelo surgimento de movimentos separatistas.

Quais as posições do presidente da República?

— Não se devem confundir as duas questões, ainda que elas tenham um fundo comum. Tanto a descentralização como a autonomia nascem e vivem da Democracia. Mas a autonomia implica a defesa e o desenvolvimento da identidade própria de uma região que se integra numa identidade nacional mais vasta, enquanto que a descentralização deve permitir a defesa e a concretização de interesses regionais que, naturalmente, são mais limitados no seu âmbito. Para se aceitar inteiramente a responsabilidade política de um processo autónomo é preciso ter uma grande confiança na força do vínculo da nacionalidade e um grande respeito pela expressão das populações que aspiram à autonomia. Por isso só o regime democrático permite a autonomia. Por isso sempre defendi que o limite da autonomia só pode estar no respeito pela unidade do Estado.

A descentralização, por seu lado, é um modo de distribuição de recursos nacionais em condições que permitam um exercício eficaz da defesa de interesses regionais e de aproveitamento de potencialidades que mereçam o apoio, o dinamismo e o contributo de forças sociais locais. Por isso

mesmo, é uma garantia democrática na medida em que assegura que não é o poder central quem, pela distribuição selectiva de benesses, controla ou condiciona o comportamento político de cada região.

«Não aceito a subversão do regime democrático»

— Uma questão complexa, apesar de tudo, e cuja completa clarificação estará por fazer: a relação 25 de Abril 25 de Novembro. Muitas vezes se tem dito do general Eanes que não foi um homem do 25 de Abril mas apenas do 25 de Novembro. E também há muito quem pense ou admita, em sentidos opostos conforme perspectivas ou conveniências que a sua actuação posterior obedeceu fundamentalmente a um estar «amarrado» ao e/ou pelo Conselho da Revolução. Levanto o problema e pergunto: quer comentar?

— Sou um homem do 25 de Abril. Inteiramente comprometido com a movimentação que o antecedeu e responsabilizado pelo compromisso de defesa dos seus ideais e das suas esperanças. E por isso, mas só por isso, sou um homem do 25 de Novembro, acção realizada exactamente com os mesmos objectivos do 25 de Abril, ainda que no quadro de uma situação política diferente.

E porque é assim, porque não mudo nem com as conjunturas, nem com as oportunidades de conquista do poder, nem com as interpretações falaciosas das regras e das ideias, estejam elas no programa do Movimento das Forças Armadas, no Documento dos Nove, no II Pacto MFA/Partidos, na Constituição ou no programa de candidatura que mereceu a adesão dos que me elegeram, não tem qualquer sentido pensar-se que eu estive amarrado pelo Conselho da Revolução.

O Conselho da Revolução tem uma esfera de competência bem definida. Cumpriu essas determinações. E, quando não o fez, abdicou voluntariamente de direitos que podia ter exercido mas que, por razões de interesse nacional, preferiu não usar. Em minha opinião, com uma única excepção: o caso da lei de delimitação dos sectores. Mas ainda aí actuou no quadro dos seus poderes, deliberando por maioria. Discuto, e discuto no momento próprio, o interesse dessa decisão. Mas não discuto a sua inteira legitimidade no quadro das regras que nos regem — e que são estas e não outras, o que é muito importante para quem não aceita arbitrariedades nem a subversão do regime democrático.

Algumas «questões quentes», entre as muitas que o serão ou poderão vir a sê-lo, na cavalcada febril e desordenada da actualidade política portuguesa, nesta nova encruzilhada histórica. Assim:

— Pensa que, em face da actual conjuntura, com tanta «poeira» no ar, o País poderá vir a viver uma nova situação de inoperância no poder e ou uma nova fase de inoperância política? Admito que o País está de facto numa situação política e perigosamente radicalizada? No seu entender quais são os marcos essenciais da revolução a defender e que possam estar ameaçados? Gostaria que se pronunciasse sobre o actual momento político e se há motivo para preocupações.

— É bom que nos entendamos sobre o que se chama poeira no ar. Todas as sociedades democráticas vivem períodos idênticos ao que estamos a atravessar quando se aproximam momentos de decisão. O problema real está na garantia de respeito das regras democráticas. Quando se viola a primeira, está-se a abrir o caminho que permite violar todas as outras. E será importante sublinhar que do entendimento que tenho das regras democráticas não faz parte o que se poderá vir a chamar a ditadura da maioria, a manipulação da Lei Eleitoral, o silenciamento da oposição, a inviabilização da alternância democrática ou a alteração do regime por via referendária.

Em democracia, o poder e a oposição recebem mandatos claros da população. Devem exercê-los respeitando-se mutuamente através da observação escrupulosa das normas fundamentais que regem o mandato que receberam do eleitorado.

Pergunta-me se há motivos para preocupações. Digo-lhe que há se apenas tivermos em conta as intenções expressas de alguns dirigentes políticos. Mas acredito que esses motivos não cheguem a ter maior concretização do que a que já têm e que o bom senso, a memória do que aconteceu no passado recente, torne mais realistas comportamentos que agora se explicam pela euforia ou pelo desânimo. Confio em

que a maturidade democrática do povo português seja um obstáculo irreduzível à concretização de quaisquer tentações antidemocráticas.

Por uma aproximação séria entre as forças políticas portadoras de progresso e justiça

— Em Outubro de 79 sublinhou ao «Monde» que sempre tentou uma aproximação política e realista entre socialistas e social-democratas, o que recentemente reafirmou. Por outro lado, há quem tenha entendido o seu interesse na formação de um tal bloco central como uma tentativa de divisão e enfraquecimento dos partidos. Quer comentar? Que projecto é o chamado «Projecto Eanista» de que tanto se fala e que surgiu mais em evidência com o Governo Pintasilgo? Não quer ultrapassar as reservas para fazer algumas clarificações? Como se define e o que é de facto o «Projecto Eanista»?

— A defesa da aproximação entre os representantes da social-democracia e do socialismo democrático é uma constante da minha acção política. Cito-lhe apenas os exemplos mais óbvios para não estar a fazer uma análise exaustiva de factos e de textos.

Em Abril de 77 defendi a necessidade da constituição de bases de entendimento entre partidos democráticos como a única resposta eficaz aos problemas da crise. Mas quando se constituiu o projecto designado por Convergência Democrática, logo manifestei a minha discordância com as suas propostas o que repeti em Setembro e mais tarde no meu discurso de 15 de Outubro, no Parlamento. Quando caiu o I Governo, fiz todos os esforços, que são do conhecimento dos responsáveis políticos, para que fosse possível um acordo de Governo entre o PS e o PSD.

Os III e IV Governos Constitucionais pretenderam-se oportunidades para assegurar a continuidade governativa, ao mesmo tempo que se permitia um esforço de aproximação entre os partidos para que terminassem estas soluções de excepção. Em Dezembro de 78, já com o Governo Mota Pinto em funções, foi-me proposta uma solução política com base no PSD e no CDS, o que novamente recusei. Como vê, tive várias oportunidades para alterar a minha concepção política e não o fiz. Pelo contrário, mantenho firmemente que só uma aproximação séria entre as forças políticas portadoras de progresso e de justiça permitirá fazer face aos desafios que se colocam à sociedade portuguesa, reforçando o regime democrático.

«Projectos eanistas» mas sem Eanes

Mas a sua pergunta levanta uma outra questão, igualmente importante: aquilo a que chama o «Projecto Eanista» e que liga ao Governo Pintasilgo. Será claro, pelo que já disse, que não há «Projecto Eanista». Terá havido projectos eanistas sem Eanes, isto é, projectos presidencialistas com os quais nunca concordei e a que dei a devida resposta. Por um lado, com a marcação de eleições intercalares, o que foi feito logo que aprovada a Lei Eleitoral, em Maio de 1979, e depois da queda do Governo Mota Pinto. Por outro lado, convidei para Primeiro-Ministro quem desse garantias de total isenção e, ao mesmo tempo, mostrasse também com clareza aos presidencialistas que eu não os acompanharia no seu projecto. Não foi, certamente, por acaso, que os mais notórios defensores do presidencialismo se afastaram de mim nessa altura e se revelaram meus adversários políticos.

Como vê, o tal projecto só é misterioso enquanto não se explica a sua origem e a sua evolução. Mas quando isso se faz fica reduzido àquilo que realmente é: um incidente sem grande interesse no nosso percurso democrático.

É evidente que me pode então perguntar por que é que, apesar de todas as dificuldades, continuo a insistir num entendimento entre social-democratas e socialistas que parece impossível de obter. A isso respondo que defendo o que é óbvio: a necessidade de aproximar as forças políticas que normalmente devem estar mais próximas no plano das ideias e dos programas e que são mais consistentes no plano humano, técnico e político. Essa aproximação permitiria também uma adequação mais normal entre o sistema social e o sistema político, assegurando também um leque mais amplo de alternativas perante crises políticas. A minha acção limita-se no entanto à garantia de condições de plena democracia para que isso possa acontecer naturalmente. Mas não posso fazê-lo acontecer nem nunca me pertencerá qualquer tipo de controlo político sobre este tipo de entendimento quando surgir. Respeito integralmente os partidos e a sua autonomia.



Democraticamente inaceitável e politicamente perigosa uma revisão constitucional referendada

— Sendo a revisão constitucional um grande tema da próxima legislatura, qual é a posição do general Eanes em relação aos reajustamentos constitucionais que terão de ser feitos? E concretamente em relação ao polémico problema do referendo?

— A revisão constitucional poderá ser um grande tema da próxima legislatura, mas não será nem o único nem o mais importante tema político dos próximos quatro anos. Depressa se verificará que o longo debate estabelecido em torno da revisão constitucional mais não foi do que um mero instrumento de uma estratégia de conquista do poder. E então ficará para todos claro, uma vez feita a revisão constitucional, que não foram, por isso, resolvidos problemas concretos que há para resolver e que não aparecem, como por milagre, novos e mais eficazes instrumentos para os resolver.

Desde 78 que defendo, em declarações públicas, a necessidade política de se rever a Constituição e penso que o consenso real já atingido neste domínio o permitirá fazer sem dificuldades, desde que ninguém esteja interessado em perverter o regime ou em transformá-lo numa democracia limitada. Também por isso, sempre considere que o referendo era mais um falso problema com que se pretende desviar a opinião pública das questões reais e torná-la receptiva a uma ideia errada e nociva do que é a maioria em democracia. O referendo é admissível desde que esteja previsto na Constituição e devidamente regulamentado como forma de consulta democrática da opinião pública sobre temas gerais de política. Mas não tem sentido, nem considero que isso seja democraticamente justificado, pretender fazer objecto de um referendo um texto com a complexidade de uma Constituição e que deve merecer mais do que qualquer outro, o consenso da sociedade. Lembro, a título de aviso, a Constituição de 1933, referendada como sabe.

Allás, repare que a própria noção de referendar a revisão constitucional não assegura a sua adequação continuada aos problemas que se colocam a uma sociedade. Por exemplo, se a Constituição de 1976 tivesse sido referendada, quando a grande maioria dos partidos a considerava uma boa Constituição, sem dúvida que o resultado do referendo teria sido favorável ao referido texto. E isto teria alterado o que quer que fosse na evolução política posterior?

Tendo em conta tudo isto, considero democraticamente inaceitável e politicamente perigosa uma revisão constitucional em que o recurso ao referendo visa alterar as regras de revisão que impõem uma maioria de dois terços, tal como está previsto na Constituição.

Trata-se de uma questão infelizmente já mitificada. Há que, passe a expressão, retorná-la à racionalização. Por isso mesmo, e como já tive ocasião de dizer, penso voltar a esta questão do referendo proximamente.

— Por outro lado, qual o papel que o Presidente da República tem a desempenhar no futuro da vida política portuguesa, ou que pensa estar reservado ao futuro Presidente da República?

— O regime semipresidencialista prestou as suas provas durante estes quatro anos e penso que o saldo é de tal modo positivo que não parece admissível uma alteração de fundo nesta fórmula institucional. De facto, os regimes não se definem só na teoria. É preciso também verificar a sua utilidade nas situações concretas, e essa está suficientemente demonstrada. Neste sentido, penso que não haverá que alterar o papel do Presidente da República e que a sua função de equilíbrio, de moderação, de resistência aos apelos de concentração de poderes, de garantia das condições de alternância democrática, terá de continuar a ser exercido do mesmo modo para que haja estabilidade e segurança democráticas em Portugal.

Solidariedade institucional não é solidariedade política

— Entende o general Ramalho Eanes que a solidez da República e da Democracia passa obrigatoriamente pela identificação de projectos, ou pela solidariedade institucional entre os vários órgãos de soberania, concretamente Parlamento, Governo e Presidência da República?

— Sempre defendi e pratiquei o princípio da solidariedade institucional que exige a garantia de todas as condições do funcionamento ao Executivo, mas que não corresponde a uma identificação de projectos que é própria da solidariedade política. A razão é bem simples. A Democracia não deve deixar de manter abertas todas as alternativas de modo a que, perante qualquer situação de crise, haja condições de solução que não impliquem a formação de tensões de confrontação, de violência ou mesmo de revolução. A Democracia é um regime de flexibilidade que, naturalmente, não se adequa a fórmulas rígidas onde a solidariedade política entre todos os órgãos de soberania transmite para o Estado o mesmo tipo de relação que existe no interior de um partido. Por isso entendo a minha reeleição como uma forma de assegurar a estabilidade e a continuidade democrática, tal como foram asseguradas no passado e terão de continuar a ser asseguradas no futuro.

Uma clarificação inequívoca e necessária

— A recente conferência de imprensa, até por ter obrigado a delgados esclarecimentos, foi por muitos tida como desastrosa e desfavorável, havendo quem considere que a posição estratégica assumida pelo senhor general pode esvaziar o conteúdo e o apelo à sua recandidatura, politicamente lançada como sendo a candidatura do regime democrático, uma candidatura de Estado. Acha oportuno comentar?



Discordo da interpretação contida na sua pergunta. Ela está influenciada por alguns comentários políticos mas não está fundamentada nos factos. Não defini nessa conferência de imprensa uma nova posição política. Pelo contrário, mantive o que sempre tenho dito mas que, talvez por influência de uma propaganda repetitiva e distorcida, não terá sido suficientemente compreendido. Deixei e orientei a minha acção política por um modelo de sociedade que é o da Europa Ocidental, como fazem a generalidade dos partidos portugueses. Talvez alguns interpretem o conceito de modelo de sociedade num sentido mais amplo ou mais restrito do que é aquele que lhe atribuo. Distingo os modelos de sociedade democrática dos que o não são, e identifico-me com os que respeitam o modelo de sociedade democrática.

Mas se o conceito for alargado de modo a incluir concepções precisas sobre a organização económico-social, é evidente que nunca me poderia identificar com o modelo de sociedade proposto pela AD. Mas, tal como disse então, também não me identifico com aqueles que, dizendo-se defensores de um modelo de sociedade democrática, anunciam a sua perversão através do uso indevido do poder das maiorias, manifestando a intenção de alterar a Lei Eleitoral de modo a dificultar a alternância democrática, procuram e defendem a concepção de poderes através da solidariedade política entre os vários órgãos de soberania, realizam acções sistemáticas de controlo dos meios de Comunicação Social.

Há sim, razões para duvidar da sinceridade dos que, afirmando defender o mesmo modelo de sociedade democrática que eu defendo, não respeitam as suas imposições de ética política. E não se pense que as questões de ética política são de somenos importância quando confrontadas como projectos de conquista do poder que não olham a meios para atingir os fins. Não tem sentido, de facto, falar de Democracia se não se respeitar a sua ética política.

Reeleição corresponde a uma exigência de defesa do regime

— E, por último, o problema da recandidatura: por que aceitou Ramalho Eanes recandidatar-se à Presidência da República? Que imperativo o levou a tomar essa decisão? Como se definirá perante o eleitorado? Que compromissos val assumir ou reassumir? O que tem a dizer sobre os apelos que tem recebido e os que lhe têm sido recusados?

— Nunca se me colocou a questão de aceitar ou não a minha recandidatura mas apenas a questão, essencialmente política, de analisar se a minha reeleição correspondia a uma exigência de defesa do regime democrático. Qualquer dúvida que pudesse ter nesse domínio ficou resolvida quando se tornou público o nome do candidato dos líderes da Aliança Democrática. O meu propósito de reeleição é, assim, inteiramente assumido na responsabilidade de defesa do regime democrático contra aqueles que, em função da minha análise da situação e das personalidades, não deixariam de o perverter, com graves prejuízos para o povo português, se pudessem dispor dos meios de um poder inteiramente concentrado e comandado pela mesma vontade política. A minha posição

em relação ao eleitorado não poderia ser diferente desta, a única compatível com o meu passado e com as minhas concepções políticas. Por isso, não haverá qualquer alteração no meu comportamento político e não têm razão os que possam ter admitido que, por interesses tácticos ou de oportunidade, eu viesse a alterar no que quer que fosse as minhas concepções políticas, a minha noção de ética democrática, e as minhas responsabilidades perante o regime democrático e os portugueses.

Liga-me a Mário Soares um vínculo profundo

— Refere-se à atitude assumida pelo Mário Soares?

— Não. Estava a pensar nos apressados comentadores políticos que se esquecem de que a coerência e a verdade são, para mim, valores que não admitem discussão nem transigência. Mas posso dizer-lhe, em relação ao dr. Mário Soares, que me liga a ele o vínculo de profundo empenhamento na institucionalização da Democracia em Portugal, que ninguém pode pôr em causa e que isso deverá ser suficiente para que se possa esclarecer tudo aquilo que, sendo em si um incidente desagradável, não deixará de ser resolvido e esclarecido no quadro dos comportamentos abertos e francos que os democratas estão habituados a usar. Este incidente mostra o que é a transparência em Democracia, a frontalidade das posições, a afirmação clara das divergências, mesmo quando elas possam estar baseadas em mal-entendidos desnecessários. E a sua evolução mostrará também, estou certo, que as bases de entendimento entre os democratas, são sempre muito mais fortes do que aquilo que os possa dividir em cada momento.

A mulher do Presidente

Ainda que «aquando das grandes decisões políticas eu por princípio não a ouço e ela também não me dê ouvidos, porque isso no seu entender me confere uma liberdade plena», como me assegurou o general, há um papel determinantemente desenvolvido pela dr.ª Manuela Eanes no apoio ao presidente. E não será apenas o que de benéfico se contém em toda a inestimável ajuda que se traduz, no estreito plano doméstico, na sábia palavra de estímulo que vence, que ajuda decisivamente a superar, todos os desânimos e frustrações, «porque há sempre algo de mais importante». Nessas situações de dificuldade é de facto precioso o «ambiente familiar calmo e compreensivo» de que Ramalho Eanes se orgulha «e que ela consegue verdadeiramente». Mas o modo como a dr.ª Manuela Eanes, motivada pela sua formação católica e cívica, tem conseguido secundar exemplarmente a acção do presidente, na dinamização de uma série de actividades na área social, não pode ser subestimado. Mais do que todos os apoios, mais do que todos os estímulos, esta dupla ajuda exercida por via directa e indirecta transcende, em importância e significado, o que de melhor possa resultar do maior empenhamento de todos os homens do presidente.